

*SÉRIE ESTUDOS E DOCUMENTOS*

Documento nº 3

**Instrumentos de Política Agrícola e  
Formação do Preço no Produtor**

*Susana Barradas*

Fevereiro 2001

GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar  
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas  
R. Padre António Vieira, 1 – 10º  
1099-073 LISBOA  
Telefone: 21 381 93 00  
Fax: 21 387 45 00  
e-mail: [bdimas@gppaa.min-agricultura.pt](mailto:bdimas@gppaa.min-agricultura.pt)

Coordenadora da série: Magda Aguiar

ISSN: 1645-0159

Depósito Legal: 157664/00

# Índice

	Pág.
Resumo	V
Lista de Gráficos	VII
Lista de Quadros	VIII
Lista de Figuras	IX
I Introdução	1
II Quadro Político: síntese	
II.1 A Política Agrícola Comum	
II.1.1 Princípios gerais	3
II.1.2 A Reforma da PAC de 1992	5
II.1.3 A Reforma da PAC no âmbito da Agenda 2000	6
II.2 GATT/OMC	6
III Quadro teórico da formação dos preços no produtor face a variações dos instrumentos de política	
III.1 Introdução	9
III.2 Formação dos preços no mercado comunitário	10
III.3 Alterações dos instrumentos de política	
III.3.1 Descida do preço de intervenção sem alteração da ajuda unitária	13
III.3.2 Descida do preço de intervenção compensada por um aumento das ajudas ou prémios	18
III.3.3 Compromissos assumidos no âmbito da OMC-Equivalente tarifário	21
III.4 Conclusão	23
IV Cereais	
IV.1 Introdução	
IV.1.1 OCM dos cereais	25
IV.1.2 As principais alterações decorrentes da Reforma da PAC em 1992	26
IV.1.3 Alterações decorrentes dos acordos da OMC	26
IV.1.4 Alterações no âmbito da Agenda 2000	27
IV.2 O Trigo Mole	
IV.2.1 O preço do trigo mole em Portugal: comparação com outros países	28
IV.2.2 Reforma de 1992 e a OMC	31
IV.3 O Milho	
IV.3.1 O preço do milho em Portugal: comparação com outros países	35
IV.3.2 Reforma de 1992 e a OMC	38
IV.4 Conclusão	42

V	Carne de Bovino	
V.1	Introdução	
V.1.1	OCM da carne de bovino	45
V.1.2	As principais alterações decorrentes da Reforma da PAC em 1992	46
V.1.3	Alterações decorrentes dos acordos da OMC	47
V.1.4	Alterações da PAC no âmbito da Agenda 2000	47
V.2	Bovinos Adultos	
V.2.1	O preço do bovino adulto em Portugal: comparação com outros países	48
V.2.2	Reforma de 1992 e a OMC	50
V.3	Vitelo	
V.3.1	O preço do vitelo em Portugal: comparação com outros países	54
V.3.2	Reforma de 1992 e a OMC	56
V.4	Conclusão	58
VI	Conclusão	61
	Referências Bibliográficas	65

## Resumo

Este documento tem como objectivo principal, explicitar a relação do preço no produtor no mercado comunitário de alguns bens agrícolas com os instrumentos utilizados pela política agrícola comunitária, nomeadamente, o **preço de intervenção**, o **preço das importações** e as **ajudas ao rendimento dos agricultores**.

Será apresentado um instrumental teórico, fundamentado nos modelos microeconómicos de equilíbrio parcial, que representará o funcionamento dos instrumentos da política agrícola e suas repercussões na formação do preço de mercado na União Europeia.

Com base naquela abordagem será feita uma análise ao mercado dos cereais e ao dos bovinos, de modo a estudar a formação dos respectivos preços, tendo em conta as alterações que ocorreram em resultado da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 1992 e dos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Concluiu-se que o sentido da variação do preço de mercado resultante de alterações de política, nomeadamente do preço de intervenção, não é unívoca, dependendo dos níveis do preço de intervenção e do preço que resultaria da interacção entre a oferta e procura, assim como da situação do mercado mundial, em particular, do preço mundial, principalmente após a criação da OMC em 1995.

**Palavras-chave:** preço de intervenção, preço de equilíbrio, preço de mercado, preço das importações, ajudas ao rendimento



## Lista de Gráficos

	<b>Pág.</b>
<b>IV. Cereais</b>	
<b>Gráfico IV.1</b> Preços no produtor de trigo mole em Espanha e Portugal	28
<b>Gráfico IV.2</b> Preços no produtor de trigo mole em França e Portugal	30
<b>Gráfico IV.3</b> Índice de preços no produtor de trigo mole em Portugal e EUA	30
<b>Gráfico IV.4</b> Índice de preços de intervenção e no produtor de trigo mole na UE	31
<b>Gráfico IV.5</b> Stocks de intervenção de trigo mole no fim de campanha da UE	32
<b>Gráfico IV.6</b> Importações e exportações de trigo mole na UE	32
<b>Gráfico IV.7</b> Preços de intervenção e no produtor de trigo mole em França	33
<b>Gráfico IV.8</b> Índice de preços no produtor de trigo mole na UE e EUA	34
<b>Gráfico IV.9</b> Preços no produtor de milho em Espanha e Portugal	36
<b>Gráfico IV.10</b> Preços no produtor de milho em França e Portugal	36
<b>Gráfico IV.11</b> Índice de preços no produtor de milho em Portugal e nos EUA	37
<b>Gráfico IV.12</b> Índice de preços de intervenção e no produtor de milho na UE	38
<b>Gráfico IV.13</b> Preços de intervenção e no produtor de milho mercado em França	39
<b>Gráfico IV.14</b> Stocks de intervenção de trigo mole no fim de campanha da UE	40
<b>Gráfico IV.15</b> Importações e exportações de milho na UE	40
<b>Gráfico IV.16</b> Índice de preços no produtor de milho na UE e nos EUA	41
<b>V. Carne de Bovino</b>	
<b>Gráfico V.1</b> Índice de preços no produtor de bovino em Portugal e Espanha	48
<b>Gráfico V.2</b> Índice de preços no produtor de bovino em Portugal e na UE	49
<b>Gráfico V.3</b> Índice de preços no produtor de bovino em Portugal e nos EUA	50
<b>Gráfico V.4</b> Índice de preços de intervenção e no produtor de bovino na UE	51
<b>Gráfico V.5</b> Abates de bovinos na UE	51
<b>Gráfico V.6</b> Índice de preços de intervenção e no produtor de bovino em Portugal	52
<b>Gráfico V.7</b> Importações e exportações de Bovinos Adultos na UE	52
<b>Gráfico V.8</b> Índice de preços no produtor de bovino na UE e nos EUA	53
<b>Gráfico V.9</b> Índice de preços no produtor de vitelo em Portugal e Espanha	54
<b>Gráfico V.10</b> Índice de preços no produtor de vitelo em Portugal e na UE	55

<b>Gráfico V.11</b>	Índice de preços no produtor de vitelo em Portugal e nos EUA	56
<b>Gráfico V.12</b>	Índice de preços de intervenção e no produtor de vitelo na UE	56
<b>Gráfico V.13</b>	Índice de preços de intervenção e no produtor de vitelo em Portugal	57
<b>Gráfico V.14</b>	Índice de preços no produtor de vitelo na UE e nos EUA	58

## **Lista de Quadros**

<b><i>III. Cereais</i></b>	<b>Pág.</b>
<b>Quadro III.1</b>	Superfície, rendimento e produção de trigo mole
<b>Quadro III.2</b>	Superfície, rendimento e produção de milho



## Lista de Figuras

<b>III. Quadro Teórico de Formação do preço no produtor face a variações dos instrumentos de política</b>		<b>Pág.</b>
<b>Figura III.1</b>	O mercado livre	10
<b>Figura III.2</b>	Introdução das restrições ao comércio mundial	11
<b>Figura III.3</b>	O mercado comunitário – preço de equilíbrio entre o preço limiar e o preço de intervenção	12
<b>Figura III.4</b>	O mercado comunitário – preço de equilíbrio inferior ao preço de intervenção	12
<b>Figura III.5</b>	O mercado comunitário – preço de equilíbrio superior ao preço limiar	13
<b>Figura III.6</b>	Situação de partida: preço de intervenção inferior ao preço de equilíbrio – situação A	15
<b>Figura III.7</b>	Situação de partida: preço de intervenção superior ao preço de equilíbrio – situação A	15
<b>Figura III.8</b>	Situação de partida: preço de equilíbrio ao nível do preço limiar	16
<b>Figura III.9</b>	Situação de partida: preço de equilíbrio superior ao preço intervenção - situação B	17
<b>Figura III.10</b>	Situação de partida: preço de intervenção superior ao preço de equilíbrio – situação C	18
<b>Figura III.11</b>	Situação de partida: preço de intervenção superior ao preço de equilíbrio – situação D	19
<b>Figura III.12</b>	Situação de partida: preço de intervenção inferior ao preço de equilíbrio - situação B	20
<b>Figura III.13</b>	Formação do preço comunitário e alterações do preço mundial – antes da OMC	21
<b>Figura III.14</b>	Formação do preço comunitário e alterações do preço mundial – após a OMC – situação A	22
<b>Figura III.15</b>	Formação do preço comunitário e alterações do preço mundial – após a OMC – situação B	22



## I. Introdução

Este estudo pretende contribuir para que os agentes ligados à política agrícola detenham um conhecimento mais aprofundado relativamente aos efeitos na formação dos preços de mercado<sup>1</sup> de alterações dos instrumentos de política agrícola, nomeadamente do preço de intervenção.

A reforma da PAC de 1992 e o acordo obtido no âmbito do Uruguay Round, que levou à criação da OMC, em 1995, vieram marcar o início de uma nova era, em que o apoio aos agricultores por via dos preços garantidos tende a diminuir significativamente. Em paralelo, foram criadas ajudas directas ao rendimento, cujo cálculo se baseou, entre outros factores, na hipótese de a descida do preço de intervenção se repercutir proporcionalmente numa descida dos preços de mercado. Esta hipótese será válida apenas em situações particulares. Pelo que, será confrontada com a teoria e os dados empíricos.

Estas questões já foram abordadas em estudos anteriores, nomeadamente no *Relatório Especial nº2/99 do Tribunal de Contas*<sup>2</sup> sobre a Incidência da Reforma da PAC no Sector dos Cereais e no *Relatório da Comissão*<sup>3</sup> ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Regime Agromonetário do Mercado Único (1998).

A clarificação destes aspectos poderá ajudar a prever consequências de futuras alterações de política, nomeadamente as alterações da PAC no âmbito da agenda 2000 e as próximas negociações da OMC.

Optou-se por estudar o mercado dos cereais e da carne de bovino, pois são os mais afectados pela política, representando 35% e 16% da despesa do Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA) - Garantia em Portugal, e, 49% e 14%, na União Europeia (UE).

---

<sup>1</sup> Considerando-se, neste estudo, como preços de mercado os preços no produtor.

<sup>2</sup> AGRIFIN59 9311/99.

<sup>3</sup> COM(1998) 20 final.

O trabalho será dividido em três partes. Na primeira parte, que corresponde ao capítulo II, será descrito o contexto político em que se desenrola a actividade agrícola. Na segunda parte apresenta-se um instrumental teórico, fundamentado na teoria microeconómica de equilíbrio parcial, sobre o funcionamento dos instrumentos da política agrícola e suas repercussões nos preços e oferta interna (capítulo III). Na terceira parte será feita uma análise detalhada da evolução dos preços do mercado dos cereais e da carne de bovino (respectivamente, capítulos IV e V). Esta será constituída por uma descrição da evolução dos preços dos mercados escolhidos, relacionando os preços no produtor em Portugal com os preços comunitários e os preços mundiais<sup>4</sup> ao nível da produção. Procurar-se-á tirar conclusões sobre o *grau de integração do mercado nacional no mercado mundial e comunitário*, em particular no mercado espanhol, devido à proximidade geográfica e às profundas relações económicas que estabelece com Portugal. Recorrer-se-á, para tal, a coeficientes de correlação estatísticos.

Posteriormente, para avaliar as relações entre *a reforma da PAC de 1992 e o acordo da OMC em 1995 e os preços no produtor*, será feita uma análise, com recurso ao instrumental teórico já abordado, dos índices de preços comunitários, tentando identificar quais os factores que afectaram a sua formação.

---

<sup>4</sup> O preço dos EUA será representativo do preço mundial, uma vez que é o maior produtor de cereais e de carne de bovino.

## II. Quadro político : Síntese

### II.1. A Política Agrícola Comum

#### II.1.1. Princípios gerais

O Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 25 de Março de 1957, refere, logo no seu Art.º 3º, que para atingir os seus fins a Comunidade estabelecerá políticas comuns, entre outras, *«a instauração de uma política comum no domínio da agricultura»*. Pode dizer-se que a Política Agrícola Comum (PAC) nasceu com a Comunidade Económica Europeia (CEE) e o Tratado de Roma delimitou, no Art.º 38.º, o seu campo de actuação ao referir que *«O mercado comum abrangerá a agricultura e o comércio dos produtos agrícolas»*.

Com a PAC é criada a noção de organização comum de mercado (OCM), a qual, segundo os produtos, pode assumir várias formas – a OCM dos cereais, a OCM do arroz, a OCM dos vinhos, a OCM do leite e produtos lácteos, entre outras.

As orientações fundamentais da PAC são:

- ❑ *Princípio da Preferência Comunitária*, dá preferência aos produtos originários da Comunidade, relativamente às importações provenientes de países terceiros, incentivando assim as trocas intracomunitárias;
- ❑ *Princípio da Unicidade do Mercado*, estabelece a livre circulação dos produtos agrícolas num único mercado (o mercado comunitário) e as principais condições para que tal se verifique: a abolição dos direitos aduaneiros, estabelecimento de preços comuns, etc.;
- ❑ *Princípio da Solidariedade Financeira* que estabelece uma responsabilidade financeira comum para a PAC. Esta assenta em dois pilares – a política de mercados e preços (financiada pela secção Garantia do FEOGA) e a política socio-estrutural (financiada pela secção Orientação).

Os preços institucionais e a gestão dos mercados são os instrumentos básicos da OCM. Os primeiros irão balizar ou enquadrar os preços que se formam no mercado, ditados não apenas pela produção interna da Comunidade mas também pelos níveis de

importação resultantes de acordos comerciais a nível internacional. Utiliza como mecanismos um *regime de preços, de intervenção e de trocas*.

### Regime de preços

O Conselho fixa anualmente, os seguintes preços institucionais para cada produto:

- ❑ **Preço de orientação ou indicativo:** um preço desejável para as transacções a efectuar e capaz de proporcionar ao agricultor um rendimento compensador;
- ❑ **Preço de intervenção:** preço mínimo garantido, que se situa abaixo do preço de orientação e garante ao agricultor um dado rendimento. Os organismos de intervenção, em cada Estado Membro, são obrigados a praticar esse preço se os seus agricultores entregarem a sua produção, em caso de descida acentuada dos preços de mercado;
- ❑ **Preço limiar:** preço de protecção na fronteira da Comunidade, destina-se a proteger o nível de preços praticados no interior do mercado Comunitário. É calculado a partir da entrada na Comunidade (normalmente o porto de Roterdão), são-lhe adicionados os custos portuários e de transporte de modo que o produto importado venha a ter um nível de preços igual ao preço indicativo. Assim, o *preço do produto importado = preço limiar + custos portuários e de descarga ≈ preço indicativo*. Deste modo, o importador terá que vender, pelo menos, ao nível do preço indicativo, é assim que se aplica o Princípio da Preferência Comunitária.

### Regime de intervenção

O organismo de intervenção, normalmente, em caso de descida do preço de mercado para níveis pré-estabelecidos, compra toda a produção que o agricultor lhe queira vender, ao preço de intervenção<sup>5</sup>, ajustando este a uma grelha de condições qualitativas e quantitativas.

### Regime de trocas

Trata-se de um regime de importações e exportações. Em relação às importações, a regra é a não imposição de qualquer restrição quantitativa, deixando entrar os produtos mas elevando o seu preço ao *preço limiar*. No caso das exportações, quando

<sup>5</sup> Actualmente as compras por parte dos organismos de intervenção não se processam nestes moldes, em virtude de alterações decorrentes da Reforma da PAC em 92 e no âmbito da agenda 2000, como será enunciado posteriormente.

os preços comunitários são mais altos que os do mercado mundial, concede-se ao exportador um subsídio, denominado **restituição**, esta é igual à diferença de preços entre o mercado mundial e comunitário..

As actividades da agricultura abrangidas pela PAC beneficiaram, até à adopção do euro, de um regime cambial específico: o **Regime Agromonetário**. A sua existência justificava-se pelo facto de as ajudas e preços institucionais serem fixadas em ecus e pagos em moeda nacional dos Estados Membros. Como o ecu era uma unidade de conta baseada num cabaz de moedas comunitárias e nas suas cotações cruzadas face ao dólar, os movimentos cambiais de um Estado provocavam variações no câmbio dos outros Estados face ao ecu. Por exemplo, a desvalorização unilateral de uma moeda provocaria o aumento das ajudas para o Estado membro respectivo, causando a revalorização das outras moedas, ou seja, a descida das ajudas para esses Estados Membros.

Para proteger os agricultores das descidas de rendimento ligadas a esses movimentos existiam vários mecanismos, onde se destacam a existência de uma taxa de conversão cambial específica para as ajudas e preços definidos na PAC, a denominada “taxa verde”.

A taxa verde tinha uma ligação com as taxas de mercado, não se podendo desviar destas para além de certos limites, mas com regras permissivas relativamente às desvalorizações (estas repercutiram-se rápida e quase totalmente na taxa verde) e defensivas relativamente às reavaliações.

### II.1.2. A Reforma da PAC de 1992

Em 1992, a PAC foi alvo de uma reforma significativa. Um dos grandes objectivos desta reforma foi alcançar um maior equilíbrio entre a oferta e a procura, reduzindo a possibilidade de se criarem excedentes vultuosos, mantendo o rendimento dos agricultores e, em simultâneo, preparar os produtos comunitários para a possível abertura ao mercado externo no prosseguimento das negociações do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), em 1995.

A solução encontrada foi a de substituir o apoio ao rendimento aos agricultores, até aí assegurado através de preços garantidos proporcionais à produção, por ajudas directas sob a forma de compensações por hectare ou por cabeça de gado e, assim, contribuir para que aumentos de produção não continuassem a conduzir a aumentos de apoios.

Foram reduzidos os preços de intervenção, sendo esta descida compensada por um aumento dos prémios ou ajudas directas de modo a assegurar a manutenção do rendimento dos agricultores ao nível existente. O cálculo das ajudas pressupunha uma descida do preço de mercado proporcional à descida do preço de intervenção.

### II.1.3. A Reforma da PAC no âmbito da Agenda 2000

No âmbito da Agenda 2000 (um pacote negocial em torno de três eixos, um dos quais a reforma das políticas da UE, onde se insere a PAC), a reforma da PAC surge, fundamentalmente, devido, à preparação para as **futuras negociações no âmbito do GATT** (vd. Caixa pag.7), o **alargamento da UE** a países com forte componente agrícola e à necessidade de ter em conta o ambiente e a qualidade dos produtos agrícolas,

À semelhança da reforma de 1992, também esta reforma da PAC considera que, a competitividade deve ser assegurada através de reduções de preços suficientemente importantes para garantir o crescimento dos mercados internos e uma maior participação da agricultura Europeia no desenvolvimento do mercado mundial. Prosseguem-se a **reduções dos preços de intervenção**, com vista à aproximação dos preços do mercado mundial, no sector da carne de bovino, cereais e ainda mais significativamente para o sector do leite. Esta **descida dos preços é compensada por ajudas directas** (em função da superfície ou do animal), **mas o cálculo das ajudas é feito supondo uma descida dos preços de mercado proporcionalmente inferior à descida do preço de intervenção.**

No âmbito desta reforma, foram aprofundados os objectivos da reforma de 1992: questões como a protecção ao meio ambiente, a diversificação do aproveitamento dos recursos naturais e a multifuncionalidade. Assim, a política reorientou-se no sentido de não promover a utilização de sistemas intensivos, criando novos prémios por forma a compensar as funções de preservação e protecção do meio ambiente.

## II.2. GATT / OMC

No âmbito das negociações da OMC (vd. caixa pag.7) as negociações relativas ao sector agrícola são das mais complexas. De entre as razões desta complexidade, está o facto da agricultura ser um sector com forte intervenção governamental, já que a generalidade dos países subsidiam os seus agricultores, provocando distorções nas relações comerciais e contrariando fortemente os objectivos da OMC.



### GATT e OMC

Em 1948, concluiu-se o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (**GATT**), o qual constituiu, juntamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o conjunto de instituições multilaterais concebidas para regulamentar a economia internacional, assegurando uma **liberalização contínua das trocas comerciais**. Nomeadamente, entre 1973 e 1979, as negociações do Tokyo Round, que consistiram numa primeira tentativa de reforma do sistema comercial internacional

Em 1986, iniciou-se uma nova tentativa de actualizar as regras que regem o comércio internacional, o Uruguay Round, que envolveu 117 países. Conduziu a um acordo concluído em Marraquexe, em Abril de 1994 e que deu origem à criação de um novo organismo de controlo, designado Organização Mundial de Comércio (**OMC**), cuja actividade teve início a 1 de Janeiro de 1995.

A Terceira Conferência Ministerial da OMC, decorreu em Seattle, de 30 de Novembro a 3 de Dezembro de 1999, pretendendo lançar o novo ciclo de negociações multilaterais – Round do Milénio, que se iniciaria em 1 de Janeiro do 2000. Iniciaram-se em Março de 2000, como previsto no Acordo Agrícola (na base do artº 20), as negociações multilaterais sobre Agricultura, estando a UE empenhada na realização de um ciclo global de negociações.

O **acordo Agrícola resultante do Uruguay Round, em 1995**, provocou grandes alterações no comércio internacional, representando, inquestionavelmente, um ponto de viragem no tratamento da agricultura<sup>6</sup> pelo GATT, e o primeiro passo de um longo processo de reforma de políticas agrícolas a nível mundial. Em causa estava a diminuição dos montantes globais de subsídios que cada país concede à sua agricultura e do grau e natureza da protecção dos respectivos mercados internos, no sentido de se poder caminhar para uma cada vez maior liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas. As alterações no sector agrícola, articulam-se em dois pilares principais: **melhoria do acesso aos mercados e diminuição dos apoios à agricultura**.

### Consequências do acordo do Uruguay Round para a Política Agrícola da UE

**A redução da protecção das fronteiras** foi o factor determinante para o **acelerar da liberalização do mercado comunitário**. Os compromissos assumidos agrupam-se em três áreas: *acesso aos mercados, apoio interno e subsídios à exportação*.

Como foi referido, um dos princípios orientadores da PAC é a preferência comunitária. Os produtos de países terceiros não podem entrar na UE a um preço inferior ao preço limiar. A diferença entre o preço limiar e o preço mundial consiste nos direitos niveladores. Ao preço CIF (Cost Insurance and Freight) adicionam-se os

direitos de modo a elevá-lo ao preço limiar, sendo este decidido pela Comissão, e directamente proporcional ao preço de intervenção. Este era o mecanismo até 1995.

A partir de 1995, introduz-se a noção de Equivalente Tarifário (ET), o qual tem como base de cálculo a diferença entre o preço interno<sup>7</sup> e um preço de referência externo<sup>8</sup>. Este funciona como um limite máximo para o diferencial entre o preço comunitário e o preço mundial. **O preço das importações comunitárias deixa, deste modo, de ser controlado exclusivamente pelos decisores políticos, passando a ter alguma correlação com o preço mundial.**

Por forma a garantir e incentivar o comércio, ficou ainda acordado um compromisso de **acesso mínimo**, que obriga à importação por parte dos países envolvidos de, pelo menos, 3 a 5% do seu consumo interno. Foi também decidida uma **redução das restituições**, conseguida através da redução do preço comunitário, bem como uma redução do apoio interno<sup>9</sup> ao produtor.

Este acordo do GATT veio reduzir o significado do Princípio da Preferência Comunitária, aumentando a possibilidade de correlação entre os preços dos mercados comunitário e mundial, o que se veio a verificar, como se irá confirmar no decorrer do trabalho.

#### **Futuras negociações da OMC**

A conferência de Seattle, que decorreu de Novembro a Dezembro de 1999, pretendia lançar o novo ciclo de negociações multilaterais – Round do Milénio – em 1 de Janeiro de 2000, esta seria a continuação da reforma já efectuada no sentido da redução do apoio e protecção interna e dos apoios à exportação.

Nesta ronda de negociações a UE defende: a manutenção de vários instrumentos específicos criados, como a cláusula de salvaguarda, a caixa verde e azul; a instauração de medidas relacionadas com a segurança alimentar e o reconhecimento do papel multifuncional da agricultura; a concessão de um tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

Embora o resultado da negociação seja imprevisível, este será no **sentido de um aumento da liberalização do mercado** quer por diminuição do apoio interno, quer por redução dos subsídios à exportação.

<sup>6</sup> Até esse momento o comércio de produtos agrícolas não estava abrangido pelas regras do GATT.

<sup>7</sup> O preço interno utilizado é o preço de intervenção majorado de 10%.

<sup>8</sup> O preço de referência externo que a UE adoptou, são os valores unitários FOB (Free on Board) de grandes exportadores, ajustados em função dos custos com seguros e fretes e das diferenças de qualidade e variedade.

<sup>9</sup> Foram excluídas desta redução as ajudas compensatórias por hectare e cabeça de gado.